

EXPOSTOS, HISTORIA DAS POPULAÇÕES E INFORMATICA

Isabel dos Guimarães Sá

Para estudar a infância abandonada no Antigo Regime, o historiador é conduzido a analisar o fenómeno segundo perspectivas diversificadas, que se inscrevem em diferentes disciplinas das ciências sociais. Pelo carácter institucional que o abandono das crianças assumia, o conhecimento das instituições torna-se imprescindível, tanto ao nível da teoria (materializado pelo corpo de regras jurídicas) como da prática (isto é, o conjunto de hábitos de procedimento que representam um compromisso entre as regras formais e as práticas efectivas das populações). Como as instituições que se ocupavam de expostos relevavam do sistema assistencial da época, que por sua vez estava fortemente ligado à estrutura económica e à rede de atitudes e comportamentos ligados a outra instituição - a família - torna-se igualmente necessário conhecer a assistência do período em causa. Finalmente, o fenómeno inscreve-se no quadro evolutivo das populações europeias. Fenómenos como a nupcialidade, a ilegitimidade, a mortalidade infantil e a fertilidade tinham forçosamente impacto ao nível do abandono de recém-nascidos. Vemos assim que o tema se inscreve em vários campos de pesquisa: o da história do direito e das instituições, o da assistência, o da história da família e o da demografia histórica e da história das populações¹. Neste trabalho, foi considerada apenas a abordagem do tema numa perspectiva de História das Populações e das possibilidades que a informática abriu à investigação no campo do estudo da infância abandonada.

¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentada no *II Encontro sobre História e Informática* que teve lugar entre 6 e 7 de Abril de 1989 na Universidade do Minho, em Braga. Todos os pontos de vista desenvolvidos ao longo deste artigo tem como pano de fundo a investigação que venho desenvolvendo sobre a principal instituição de assistência a expostos do *norte de Portugal* nos séculos XVIII e XIX, a "Casa da Roda" da cidade do Porto.

1 - EXPOSTOS E HISTORIA DAS POPULAÇÕES

Um dos aspectos mais marcantes da demografia do Antigo Regime consiste no abandono institucionalizado de crianças recém-nascidas, isto é, na transferência legal da responsabilidade familiar para a responsabilidade pública no que toca à criação de recém-nascidos. Esse abandono é comum a todas as sociedades europeias e faz-se sentir com maior intensidade a partir da segunda metade do século XVIII até ao terceiro quartel de oitocentos. Trata-se de um período que corresponde grosso modo ao do aumento demográfico europeu, possibilitado pela queda da mortalidade e aumento da fecundidade e coincide igualmente com uma alta da natalidade ilegítima. Pelas proporções que o fenómeno assumiu (as crianças entravam aos milhares por ano mesmo em cidades de tamanho médio como o Porto), a prática de abandonar os filhos foi generalizada à esmagadora maioria das populações europeias, desde a Península Ibérica à Rússia Imperial.

A demografia histórica registou portanto, de forma inevitável, um grande interesse pelo tema, embora os expostos sejam uma matéria muito difícil de tratar porque na maior parte dos casos não existem relações que permitam cruzar informações entre as fontes sobre expostos e as fontes tradicionais da história das populações (registos paroquiais, róis de confessados e censos).

As fontes da demografia tem geralmente origem em actos tornados públicos através de cerimónias religiosas: o nascimento de uma criança converte-se num registo de baptismo, a união de duas pessoas num registo de casamento, a morte dá lugar a um assento de óbito. Os róis de confessados derivam da obrigação da confissão para os maiores de sete anos e portanto de actos relacionados com a observância religiosa da população. Os censos, em contrapartida, parecem ter relevado da vontade política do poder central e alguns deles devem a sua feitura aos recenseamentos eleitorais. O abandono de uma criança, embora permitido pela lei, era um acto de natureza diferente dos anteriores, porque não se ligava à divulgação de nenhum acto de natureza privada como o nascimento de uma criança e a sua inserção na comunidade religiosa, a publicitação de um casamento ou a morte, nem tão pouco ao acto confessional nem a eleições políticas. Era um acto anónimo, a que nem a legalidade retirava o seu carácter semi-clandestino. Pelo menos em Portugal, só em casos excepcionais uma criança exposta possui qualquer informação, mesmo parcial, relativamente à identidade dos pais ou ao local de origem. Daí que fontes sobre expostos e dados nominativos sobre os indivíduos que constituem uma população não sejam passíveis de serem cruzados.

Outra dificuldade consiste no facto de existir um transporte de crianças das zonas rurais para as cidades, onde as estruturas de assistência dispõem de melhores recursos materiais e humanos, o que leva a que se formem áreas de abandono muito vastas e difíceis de definir. O acto do abandono fazia parte daquilo

que se chamou o "quotidiano clandestino": por isso mesmo alguns aspectos ficarão sempre por esclarecer. O enjeitado é uma criança que foi eliminada de um determinado grupo co-residente sem deixar vestígios.

No entanto, no Antigo Regime, o catolicismo tornava o baptismo de recém-nascidos nos primeiros dez dias de vida numa prática universal. O exposto, recebia muitas vezes um baptismo *duplo*, isto é, era baptizado antes do abandono e depois era novamente baptizado depois de abandonado, uma vez que a instituição fazia um baptismo de segurança - o baptismo "sub conditione" à esmagadora maioria dos abandonados. Encontram-se assim baptismos de expostos que se repetem nos registos paroquiais do primeiro baptismo e nos registos paroquiais da freguesia em que se encontrava localizada a instituição de acolhimento das crianças, sem que haja possibilidade de estabelecer uma relação entre os dois baptismos e eliminar repetições. Livi-Bacci estimou a percentagem de expostos já baptizados em 5% (Livi-Bacci, 1971: 17), mas os dados já recolhidos para a "Casa da Roda" do Porto apontam para uma percentagem mais elevada.

Por outro lado, aquando do primeiro baptismo, a paróquia onde surge o registo nem sempre é aquela onde residem os pais da criança. Especialmente no que toca aos nascimentos ilegítimos, verifica-se a tendência para registar a criança noutra paróquia que não aquela de onde é originária a mãe da criança. Além disso, os registos de baptismo, pela própria determinação das constituições sinodais, não continham necessariamente a identificação de ambos os pais da criança. Os párocos podiam omitir o nome do pai, e, em certos casos, mesmo o nome da mãe. Por todas estas razões, do ponto de vista formal, o exposto encontra-se desligado do contexto das fontes tradicionais da demografia histórica². Em conclusão, a proveniência familiar e geográfica dos expostos, pelo menos nos casos portugueses, é impossível de determinar. Esta constatação conduz-nos a outra premissa fundamental, a de que é impossível distinguir formalmente entre expostos que são filhos legítimos e expostos que não o são. Daí que aquilo que tem sido concluído até à data sobre essa matéria provém de indicadores indirectos e muitas vezes das opiniões pessoais dos investigado-

² Nesse sentido, o cálculo da percentagem de baptismos de expostos no conjunto de baptismos da cidade é válido apenas como indicador, não tendo rigor descritivo, mas útil quando destinado apenas à percepção de ordens de grandeza. A sua falibilidade reside essencialmente em dois aspectos:

- a) o cálculo não tem em conta baptismos duplos: algumas crianças baptizadas nas paróquias urbanas podem ter sido baptizadas segunda vez, no caso de terem sido abandonadas;
- b) entre as crianças baptizadas expostas, figuram necessariamente crianças das áreas rurais circundantes e não apenas da cidade onde se encontra a instituição de acolhimento.

res à cerca do assunto. O estudo dos expostos num contexto de história das populações encerra deste modo uma contradição: a de que os expostos não se podem relacionar de forma directa com as populações de onde provêm. No entanto, o caso muda de figura quando se estuda o aleitamento das crianças abandonadas financiado pelos hospitais de expostos: aí é possível identificar a proveniência das amas e estudar as suas famílias no contexto demográfico local, depois de se ter procedido a uma reconstituição de famílias da paróquia.

No campo da demografia histórica, as únicas análises que se afiguram possíveis são de tipo agregativo: ritmos anuais de entrada de expostos nas rodas, a sazonalidade do abandono, cálculo das relações de masculinidade, estudos de mortalidade diferencial, por sexo, estação do ano, idade ou causa de morte. Estes cálculos poderão ser eventualmente comparados com os resultados de análises de populações infantis que não expostos - no entanto, toda a análise que pretenda estabelecer uma ligação directa, de tipo nominativo, com as populações da área é, pela própria natureza do abandono, impossibilitada pela ausência de informação.

Finalmente, e para terminar este ponto, o estudo dos expostos tem de ser efectuado num contexto mais vasto do que o da história das populações. Seria mais proveitoso assumir uma abordagem do tema num contexto de história da Família, estudada através da História Social, em que o aspecto demográfico não seria mais do que um dos prismas de observação, sendo completado por uma análise das redes sociais que o abandono punha em marcha.

2 - AS FONTES E O SEU TRATAMENTO INFORMATICO

A informática abriu possibilidades no campo do estudo do abandono de crianças, que tornam viável a análise de vastas séries documentais. Se o cruzamento directo das informações sobre expostos com as fontes demográficas se nos afigura impossível, existe uma gama diversificada de fontes através das quais é possível estudar o fenómeno do abandono de crianças. Algumas delas, são até praticamente impossíveis de tratar sem recorrer ao computador: diz-se muitas vezes que a informática facilita a investigação histórica, em muitos casos *possibilita*, o que é substancialmente diferente. Por exemplo, na cidade do Porto, e ao longo do século XVIII foram abandonadas mais de 60 mil crianças: era impossível fazer um estudo do abandono, mesmo através da recolha de amostras, sem o auxílio do computador. Refere-se aqui a análise nominativa, e não a análise agregativa, onde o computador ajuda mas não é indispensável.

Passam-se a enumerar algumas das fontes portuguesas sobre expostos³, dividindo-as em dois grupos principais: as fontes impressas e as manuscritas.

³ Nos últimos anos, tem-se assistido à realização em Portugal de alguns trabalhos de investigação sobre expostos. Na bibliografia final, referenciam-se aqueles que já foram publicados.

Por fontes *impressas* entendem-se as fontes que normalmente surgem impressas, embora não se exclua a possibilidade de encontrar alguma destas fontes sob a forma manuscrita. Tratam-se na maior parte dos casos de fontes onde se encontra referência esporádica a expostos, sem que estes constituam matéria principal. Assim, temos *fontes jurídicas*, tanto de direito canónico (constituições sinodais, regimentos auditórios e manuais de confissão), como civil (ordenações, tratados, comentários à legislação ou à praxe jurídica e manuais de direito). Por outro lado, a *imprensa periódica* ocupou-se frequentemente de expostos, bem como *as obras de carácter económico* (ex: memórias económicas), *geográfico* (ex: as descrições histórico-topográficas e relatos de viagem, principalmente os de autores estrangeiros), *administrativo* (ex: as memórias dos corregedores) ou *médico* (ex: obras de obstetria e pediatria onde as referências a expostos são frequentes). Finalmente na *literatura*, o tema do abandono foi frequentemente tratado, principalmente nos romances e novelas do século XIX.

No que respeita às fontes *manuscritas* encontra-se aqui também uma extrema variedade de fontes, a maior parte delas inéditas, aspecto que diverge das fontes impressas que referimos. São fontes que devem a sua existência a instituições diversas: ao *município* (livros de vereações, contabilidade, relatórios e correspondência); à *paróquia* (nascimentos casamentos e óbitos, róis de confessados e memórias); a *estabelecimentos de assistência a expostos*, as "Casas da Roda" (livros de entradas e saídas, contabilidade, lactações, espólio de objectos, correspondência, livros de registo, contratos de amas)⁴ e às *instituições do poder central* (Ministérios, Secretarias de Estado e Intendência da Polícia)⁵. Na maior parte dos casos tratam-se de fontes onde a informação relativa a expostos se encontra de modo disperso, juntamente com outras matérias, à excepção das fontes assistenciais propriamente ditas, onde encontramos livros exclusivamente dedicados a registos de expostos. São estas fontes manuscritas aquelas em que o tratamento informático se revela mais pertinente, uma vez que possuem dados de natureza serial, muito morosos de tratar sem recorrer ao computador. A utilização desta documentação tem de ser precedida por uma crítica de

⁴ O espólio aqui referido é típico de uma "Roda" administrada pela Misericórdia, mas muitas destas fontes podem encontrar-se nas câmaras municipais, quando sobre estas recai directamente a assistência às crianças abandonadas. Em Portugal, a assistência a expostos estava a cargo das câmaras municipais, embora nas principais cidades do reino (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora) as Misericórdias locais se tenham encarregado da administração dos estabelecimentos de assistência, que continuaram no entanto a ser financiados através dos fundos municipais.

⁵ Em Portugal, a partir de meados do século XVIII, e principalmente com a acção do Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, o estado toma um interesse centralizador relativamente aos expostos, procurando uniformizar a assistência em todo o país. Desta forma, podemos encontrar informação nos arquivos do poder central.

fontes que permita testar os conteúdos informativos. Por seu lado, a crítica de fontes tem de assentar necessariamente num conhecimento das instituições e da interacção destas com os indivíduos que as utilizam, uma vez que, como vimos, a documentação tem origem institucional. As massas de dados que o computador permite tratar não terão nenhum significado se não se conhecer o processo de produção da informação.

3 - DIFICULDADES E PROBLEMAS DA ELABORAÇÃO AUTOMÁTICA DE DADOS

Para um historiador sem formação informática, a realização de uma investigação assistida por computador tem trazido mais dificuldades do que facilidades. A afirmação, embora paradoxal, nada tem de depreciativo: considera-se de facto que, quando se opta por uma abordagem em que a quantificação de dados assume um papel fundamental, o recurso ao computador se torna inevitável. No entanto, para uma geração de investigadores que, de um modo geral, não recebeu formação ao nível das ciências da computação, a aprendizagem da utilização da informática é um percurso doloroso, onde o autodidatismo prevalece sobre a preparação académica e no qual surgem dificuldades de várias ordens. O historiador portador de uma formação universitária clássica, própria de um curso de letras, começa frequentemente do grau zero, efectuando o processo de aprendizagem quase sempre por tentativa e erro, o que conduz a grandes perdas de tempo e algumas angústias.

Em primeiro lugar a utilização da informática em história, embora tenha registado rápidos avanços ultimamente, encontra-se ainda numa fase inicial, em que muitas aplicações se encontram insuficientemente testadas. A possibilidade de erro é assim considerável. Por outro lado, para o historiador que não se encontra apto a elaborar os seus próprios programas, não existem ainda aplicações "standard": cada projecto de investigação com as suas fontes respectivas, precisa de soluções específicas, adequadas à morfologia das fontes e aos problemas teóricos considerados.

Alguns dos problemas encontrados serão:

- a incompatibilidade entre computadores; muitas vezes, usando computadores com sistemas operativos diferentes torna-se muito difícil transferir dados de forma rápida e eficiente.

- a ausência de conhecimento da linguagem da maior parte dos manuais de programas; muitas vezes, a simples leitura de um manual de um programa é morosa e requer um investimento prévio na aprendizagem do vocabulário da informática que o investigador não efectuou anteriormente.

- o tentação de utilizar "software" a mais: quando insuficientemente conhecidos e testados os programas podem ser sub-aproveitados no que toca às respectivas capacidades plenas.

Para além das dificuldades referidas, aplicáveis apenas ao percurso pessoal de cada investigador, existem problemas ao nível geral, enfrentados pelo conjunto de investigadores que utilizam a informática em História. Podem-se inserir em cinco grandes alíneas.

1 - Utilização de "software" comercial

Neste momento, o software perfeito não existe: utiliza-se o software disponível no mercado e que não foi feito para ser utilizado por historiadores, torna-se necessário adequar o tipo de programa utilizado à fonte que se pretende estudar.

Ex: Uma fonte com formulário fixo (entrada e saída de expostos), onde constam sempre certas variáveis, poderá ser tratada com um programa de base de dados, onde a informação se encontra "arrumada" em campos diferentes. Num fonte em que o texto tenha conteúdos variáveis, esse tipo de programa conduz a perdas de informação consideráveis. Se considerarmos que muitos textos tem um carácter descritivo ou narrativo que os aproxima da literatura, como por exemplo os processos judiciais, os documentos notariais e os bilhetes de expostos, estes programas deixam de ser adequados. Enquanto nos primeiros se procura a informação que se repete e portanto se pode quantificar, nos segundos toma-se útil conservar a variedade de situações existente, até que se possam delinear linhas de força sugeridas pela informação. No entanto, estamos longe de sugerir que se consegue reproduzir fielmente a informação incluída dos documentos: a entrada de dados é sempre um processo de *representação* da informação.

2 - A impossibilidade de utilizar um software único

Mesmo no interior da mesma fonte, torna-se por vezes imperioso utilizar programas diferentes, que exigem do investigador uma preparação prévia: Assim, a mesma informação pode passar por vários programas diferentes. Por exemplo:

- recolha de informação em processador de texto ou base de dados;
- processamento estatístico em "packages" do tipo SPSS;
- utilização de programas de elaboração de gráficos;
- cartografia automática;
- análise de texto, pelo menos naquelas fontes que não possuam conteúdos fixos, como é o caso por exemplo dos bilhetes que os expostos traziam.

3 - A ambiguidade da informação

O historiador que usa a informática passou a exigir da informação patente nas fontes uma clareza que esta raramente lhe pode proporcionar. De facto, a ambiguidade é uma constante dos dados: separar categorias torna-se difícil e obriga muitas vezes o historiador a tomar decisões que gostaria de adiar, mas a que não se pode furtar sob pena de prolongar ad eternum a compilação de dados.

Ao introduzir informação no computador, o investigador não pode alterar os critérios de recolha, sob pena de perder homogeneidade dos dados e operar distorções. Mas essa uniformidade é tanto mais difícil quanto os próprios homens que se responsabilizaram pelos registos variaram frequentemente os próprios critérios.

Essa ausência de critérios fixos na separação de categorias por parte dos homens que se responsabilizaram pela produção dos registos dificulta a própria informatização da investigação. Por exemplo, num dado registo, um mesmo indivíduo pode aparecer como lavrador e jornaleiro em momentos diferentes, o que demonstra que a demarcação entre estas duas categorias não é rigorosa. No entanto, estes dois termos deveriam designar situações diferentes: enquanto o lavrador cultiva uma terra fixa, própria ou arrendada, o jornaleiro trabalha à jorna em terras de outros. Mas, uma vez que as categorias se misturam, o historiador que calculasse o número de jornaleiros e o de lavradores estaria a cometer um erro. Outro exemplo, e este relacionado com os registos de entrada de expostos, aplica-se relativamente à definição das partes do dia: enquanto que durante o Inverno a palavra noite designa qualquer hora depois das 5, de Verão a tarde prolonga-se até às 7! Portanto, a demarcação das partes do dia não tinha a ver com as horas mas sim com a existência da luz solar.

4 - A informação não-repetitiva

O historiador que usa o computador aplica-se na maior parte do tempo a transformar informação não repetitiva em conteúdos uniformes, de modo a obter massas de dados que possam receber um tratamento estatístico que produza resultados claros e inequívocos. Mas, na maior parte dos casos a informação mais interessante é aquela que surge de modo irregular e inesperado, sem ser no entanto quantitativamente significativa. Creio por isso mesmo que o programa de base de dados com demarcação rígida de campos tem de ser completado por programas de análise de texto.

5 - Problemas de identificação de pessoas

Quando as fontes se referem em diferentes momentos do tempo a indivíduos que fazem parte de uma determinada população, efectuando actos da mesma natureza ou de natureza diferente, surge a possibilidade de se efectuarem repetições de identidade. Todavia, nem sempre se possuem informações que possibilitem uma clarificação dessas mesmas repetições. O problema foi tratado muito antes da recente invasão maciça do computador na investigação histórica (Wrigley, 1973) e nos últimos anos assiste-se à tentativa de elaboração de sistemas periciais, em que as decisões relativas à sobreposição de elementos identificadores de determinado indivíduo em diferentes registos estariam a cargo do computador. Caberia à máquina decidir, perante regras precisas de aceitação e rejeição de elementos informativos, se determinado indivíduo que aparece no registo A é o mesmo do registo B. De qualquer forma, quer disponha ou não de

software apropriado, o historiador tem ele mesmo de formular de modo rigoroso e consciente os critérios que utiliza para decidir quando pode atribuir duas identificações diversas a um mesmo indivíduo ou a indivíduos diferentes.

O historiador nunca passa um cheque em branco ao computador: é ele o primeiro responsável pela forma como os dados são introduzidos e pela sua elaboração automática. Por outro lado, o computador apenas organiza a informação segundo as instruções que recebeu⁶: todo o trabalho posterior de interpretação dos dados continua a estar nas mãos do historiador. A introdução e tratamento dos dados no computador exige um forte esforço do historiador no sentido de formular cuidadosamente as questões que o seu material sugere e conseguir que a máquina lhes dê resposta. Assim, enquanto antes da era do computador a efectuação de contagens era mais morosa do que a compilação da informação, o processo inverteu-se: a preparação dos dados exige grande atenção e rigor, enquanto que os resultados se obtêm em segundos. Contudo, as dificuldades relacionadas com a representação de dados e com a concepção de ficheiros, tem trazido enormes avanços a nível da forma como o historiador equaciona os problemas de forma a obter resultados. Para usar o computador, o historiador tem de ter maior disciplina e rigor na formulação de hipóteses, o que contrasta com um uso muitas vezes vago e irracional das fontes históricas. O computador, pelo rigor que exige do historiador, obriga-o frequentemente a clarificar aspectos que sem ele seriam muitas vezes intuídos, sem serem objecto de enunciação clara. Talvez o principal contributo da aplicação da informática em história, para além da possibilidade de tratar massas gigantescas de dados, consista nesta transformação do próprio raciocínio do historiador.

BIBLIOGRAFIA

- ALVIM, M.H., 1984, "Em torno dos expostos. As duas primeiras casas de expostos portuguesas", *Revista de História*, vol. I, pp. 147-166.
- , 1987a, "Aspectos da assistência às crianças expostas e desvalidas do concelho de Valongo, no séc. XIX", *Revista de Ciências Históricas*, vol. II, pp. 261-267.
- , 1987b, "Notas à margem de um livro de termos de grávidas", *Revista de Ciências Históricas*, vol. II, pp. 293-364.
- AMORIM, M.N., 1987, *Guimarães 1580-1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, 1987, pp. 227-273.

⁶ Mesmo a elaboração dos dados que o computador permite está forçosamente dependente do "input" inicial. Aplica-se à informática em História a mesma máxima dos informáticos: "rubbish in, rubbish out", ou seja, "de lixo sai lixo".

- BRETTEL, C.; KERTZER, D.I., 1987, "Advances in Italian and Iberian Family History", *Journal of Family History*, vol. 12, nº 1-3, pp. 87-120.
- CASCÃO, R., 1985, "Demografia e Sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX", *Revista de História Económica e Social*, Janeiro-Junho, pp. 83-122.
- CUNHA, M., 1986, *L'abandon d'enfants au Portugal: un vision diachronique de l'évolution des institutions et de la législation suivie d'un étude de cas de le ville de Guimarães*, Paris, mémoire de D.E.A. não publicado.
- LIVI-BACCI, M., 1971, *A century of Portuguese Fertility*.
- LOPES, M.A., 1984, "Os expostos no concelho de Meda em meados do século XIX (1838-1869)", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXI, pp. 119-176.
- MATOS, S., 1983, "Os expostos da Roda em Esposende", *Boletim Cultural de Esposende*, pp. 39-90.
- MORAIS, M.G., 1987, "Dos expostos da Roda do Hospital Real de Santo André da Vila de Montemor-o-Novo no início do séc. XIX (1806-1830)", *Revista da Cultura Almansor*, pp. 45-87
- OLIVEIRA, A. de, 1971-72, "A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640", *Biblos*, vols. XLVII e XLVIII, pp. 224-228.
- SA, I.G., 1985, "A Casa da Roda do Porto e o seu funcionamento (1710-1780)", *Revista da Faculdade de Letras - História*, 2.a série, vol. II, pp. 161-191.
- , 1987a, "The 'Casa da Roda do Porto': reception and restitution of foundlings in the eighteenth century", comunicação apresentada no colóquio *Enfance abandonnée et Société en Europe*, Roma, (em curso de publicação).
- , 1987b, *A assistência aos expostos no Porto. Aspectos institucionais (1519-1838)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras do Porto.
- SANTOS, C. dos, 1978, "A população do Porto de 1700 a 1820", *Revista de História*, vol. I , pp. 281-349.
- SILVA, F.R. da, 1985, *O Porto e o seu termo (1580-1640)*, vol. II, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 892-896.
- SILVA, M.B., 1980, "O problema dos expostos na capitania de S. Paulo", *Revista de História Económica e Social*, nº 5, pp. 95-104.
- WRIGLEY, E. A. (ed.), 1973, *Identifying people in the past*, London.